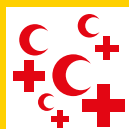


**ACESSO MAIS
SEGURO**  **PARA SALVAR
VIDAS**

ACESSO MAIS SEGURO

INTRODUÇÃO

PACOTE DE RECURSOS PRÁTICOS



Produzido em cooperação com as
Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e
do Crescente Vermelho



CICV



CICV

Comité Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T +41 22 734 60 01 F +41 22 733 20 57
shop@icrc.org www.icrc.org
© CICV, julho de 2016

ÍNDICE

ACESSO MAIS SEGURO PARA TODAS AS SOCIEDADES NACIONAIS	2
VISÃO GERAL DO MARCO PARA UM ACESSO MAIS SEGURO	4
Os oito elementos	4
O ciclo do Acesso Mais Seguro	5
Ação humanitária com base em princípios	6
APLICAÇÃO MEDIANTE UM ENFOQUE ESTRUTURADO	7
FERRAMENTAS DE APLICAÇÃO	10
ACESSO MAIS SEGURO APLICADO EM CONTEXTOS DIVERSOS	11
Canadá	11
México	11
Palestina	12
ANEXOS	13
Anexo 1: Definições e abreviaturas	13
Anexo 2: Quadro de referência rápida do Marco para um Acesso Mais Seguro	15
FIGURAS	
Figura 1: Os oito elementos do Marco para um Acesso Mais Seguro	4
Figura 2: Como os elementos do Marco para um Acesso Mais Seguro se relacionam com o ciclo	5
Figura 3: Reação em cadeia	6
Figura 4: O processo de aplicação do Acesso Mais Seguro	7
Figura 5: Como ter um Acesso Mais Seguro	9

Esta publicação tem por finalidade apresentar uma breve introdução ao Marco para um Acesso Mais Seguro. O guia, com uma descrição mais detalhada, encontra-se na publicação *Acesso Mais Seguro: Guia para todas as Sociedades Nacionais*, que consiste no componente básico do Pacote de Recursos Práticos do Acesso Mais Seguro, contendo materiais úteis adicionais, e on-line em www.icrc.org/pt/acesso-seguro.

ACESSO MAIS SEGURO PARA TODAS AS SOCIEDADES NACIONAIS

O Marco para um Acesso Mais Seguro (Marco) foi elaborado pela primeira vez pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em 2002-2003, em consulta com as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (Federação Internacional). Visa auxiliar as Sociedades Nacionais a reforçar as suas capacidades e preparação para responder, de modo seguro e eficaz, às necessidades humanitárias em contextos delicados e inseguros, incluindo conflitos armados e tensões e distúrbios internos.¹ Foi posteriormente revisado e atualizado com base em informações dadas por muitas Sociedades Nacionais com experiência em trabalhar nesse tipo de contexto, assegurando a sua relevância nos ambientes operacionais da atualidade.

Embora as Sociedades Nacionais estejam em uma posição única para chegar às pessoas que tenham o acesso a si restringido, enfrentam, com frequência, riscos consideráveis. O Marco proporciona orientações específicas sobre como assegurar e manter o acesso humanitário seguro nessas circunstâncias.

Devido à sua natureza neutra e imparcial e à sua função de auxiliares das autoridades públicas no campo humanitário², as Sociedades Nacionais estão, com frequência, em uma posição privilegiada para chegar até as pessoas afetadas por conflitos armados ou violência e prestar ajuda de urgência. No entanto, a atuação em situações de extrema delicadeza e insegurança podem colocar os funcionários e voluntários da Sociedade Nacional, e os seus beneficiários, em grande risco de sofrerem danos. O Marco oferece orientações específicas sobre como assegurar e manter o acesso humanitário seguro às pessoas e comunidades que de outra forma estariam fora de alcance.

Embora seja especialmente pertinente em situações que envolvam violência, o Marco para um Acesso Mais Seguro é relevante para todas as Sociedades Nacionais em todas as circunstâncias; a sua aplicação pode ajudá-las a reforçar a sua capacidade de lidar com os desafios à percepção, aceitação, segurança e acesso, em todo os momentos que eles surgirem, e de gerenciar os riscos de segurança nas suas atividades cotidianas. Em particular, o Marco pode auxiliar as Sociedades Nacionais a:

- ▶ aumentar a sua capacidade de resposta às necessidades humanitárias de mais pessoas;
- ▶ prevenir, reduzir e evitar os incidentes de segurança que causem danos aos funcionários e voluntários;
- ▶ enfrentar melhor os desafios humanitários das situações contemporâneas, complexas e em evolução;
- ▶ cumprir com o seu mandato e funções em contextos delicados e inseguros;
- ▶ adotar um enfoque mais estruturado para ampliar a segurança e o acesso.

¹ Doravante abreviado como “contextos delicados e inseguros”.

² “As Sociedades Nacionais apoiam as autoridades públicas nas suas tarefas humanitárias, segundo as necessidades da população dos respectivos países.” Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, artigo 3(1). Ver <http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/statutes-en-a5.pdf>.

Essas considerações são de particular importância em relação com a função auxiliar das Sociedades Nacionais. Cada uma delas se depara com o desafio de cumprir com a sua missão ao mesmo tempo em que garante o respeito pelos Princípios Fundamentais.

Esse desafio é maior em situações de conflitos armados ou tensões e distúrbios internos, quando os Estados podem estar direta ou indiretamente envolvidos na violência e/ou não têm mais acesso a algumas das populações e comunidades afetadas. Desse modo, é essencial que as Sociedades Nacionais sejam capazes de agir – e serem percebidas como tal – de acordo com os Princípios Fundamentais, em especial a independência, a imparcialidade e a neutralidade, e que possam continuar tendo a confiança e a aceitação de todas as partes interessadas.

Embora muitas das ações e medidas recomendadas no Marco sejam elaboradas para apoiar a resposta das Sociedades Nacionais em contextos delicados e inseguros, algumas são mais eficazes se tomadas em antecipação à resposta operacional. Compreendem estabelecer e manter boas relações com as comunidades locais, autoridades públicas, atores armados e outros atores, de modo a obter a confiança e o consentimento deles para a presença e o trabalho da Sociedade Nacional. As ações e medidas propostas são comprovadamente benéficas para as atividades cotidianas das Sociedades Nacionais e em situações potencialmente voláteis. Todas as Sociedades Nacionais são, portanto, incentivadas a integrar o Marco para um Acesso Mais Seguro nos processos de desenvolvimento organizacional, fortalecimento de capacidades e preparação.³

É essencial que as Sociedades Nacionais sejam capazes de agir – e serem percebidas como tal – de acordo com os Princípios Fundamentais, em especial a independência, a imparcialidade e a neutralidade, e que possam continuar tendo a confiança e a aceitação de todas as partes interessadas.

³ A Certificação e Avaliação da Capacidade Organizacional (OCAC, na sigla em inglês) da Federação Internacional, a *checklist* e a ferramenta de autoavaliação para uma Sociedade Nacional bem preparada e outras ferramentas e produtos de gestão em caso de desastres, junto com as orientações sobre os aspectos mais amplos de fortalecimento do desenvolvimento organizacional e da preparação para emergência das Sociedades Nacionais, consolidam o êxito na aplicação do Marco, ao mesmo tempo em que este reforça a eficácia desses elementos.

VISÃO GERAL DO MARCO PARA UM ACESSO MAIS SEGURO

O Marco para um Acesso Mais Seguro (Marco) é um conjunto de ações e medidas que podem ser tomadas por uma Sociedade Nacional para se preparar e responder a desafios específicos de uma situação, reduzir e mitigar os riscos que possa enfrentar em contextos delicados e inseguros, além de ajudar a ganhar para si a confiança e a aceitação das populações e comunidades com necessidades humanitárias, assim como daqueles que as controlam ou têm influência sobre o acesso a elas.

Os oito elementos

O Marco compreende oito elementos (ver Figura 1), cada um deles agrupa uma série de ações e medidas que, se tomadas, comprovadamente ajudam as Sociedades Nacionais a aumentar a sua aceitação, segurança e acesso às populações e comunidades com necessidades humanitárias em contextos delicados e inseguros.

FIGURA 1: OS OITO ELEMENTOS DO MARCO PARA UM ACESSO MAIS SEGURO⁴

I		Avaliação do contexto e dos riscos	As Sociedades Nacionais têm uma compreensão clara dos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, interligados entre si, do meio operacional em evolução e dos riscos inerentes, que formam a base da prevenção e da gestão destes.
II		Base jurídica e doutrinária	As Sociedades Nacionais possuem instrumentos jurídicos e estatutários sólidos e formulam políticas que servem de base para cumprir com o seu mandato e funções humanitárias, em conformidade com as políticas do Movimento, o Direito Internacional Humanitário e a legislação nacional.
III		Aceitação da organização	As Sociedades Nacionais obtiveram um grau elevado de aceitação entre as principais partes interessadas com a prestação de assistência humanitária e proteção pertinentes e adaptadas ao contexto, em conformidade com os Princípios Fundamentais e outras políticas do Movimento.
IV		Aceitação individual	Os funcionários e voluntários obtiveram um grau elevado de aceitação entre as principais partes interessadas com o seu trabalho consistente com os Princípios Fundamentais e outras políticas do Movimento.
V		Identificação	As Sociedades Nacionais tomam todas as medidas necessárias para proteger e promover a identidade visual da organização e dos seus funcionários e voluntários.
VI		Comunicação e coordenação internas	As Sociedades Nacionais aplicam estratégias e mecanismos de comunicação e coordenação internas que são elaborados adequadamente para fortalecer a coordenação com outros componentes do Movimento.
VII		Comunicação e coordenação externas	As Sociedades Nacionais aplicam estratégias e mecanismos de comunicação e coordenação externas que são elaborados adequadamente para fortalecer a coordenação com os atores externos.
VIII		Gestão de riscos para a segurança operacional	As Sociedades Nacionais assumem a responsabilidade e o dever em relação à segurança dos funcionários e voluntários com a elaboração e a implementação de um sistema e de uma estrutura de gestão de riscos para a segurança operacional.

⁴ *Acesso Mais Seguro: Guia para todas as Sociedades Nacionais* contém a tabela completa do Marco que descreve todas as ações e medidas recomendadas. A tabela também está disponível como um arquivo em separado no DVD do Pacote de Recursos Práticos do Acesso Mais Seguro e on-line em www.icrc.org/pt/acesso-seguro. Uma versão resumida para referência rápida se encontra no Anexo 2.

Juntos, os oito elementos conformam o enfoque operacional específico ao contexto para o desenvolvimento organizacional das Sociedades Nacionais. Este enfoque, quando combinado com o fortalecimento de capacidades técnicas como primeiros socorros ou a gestão de restos mortais, ajudam a reforçar a preparação para emergências de uma Sociedade Nacional. Toda ação tomada ou não tomada em um dos elementos do Marco pode ter um impacto nos demais. Isso significa que, embora os elementos sejam distintos, devem ser aplicados no âmbito do Marco como um todo, de modo a se alcançar a máxima eficácia.

O ciclo do Acesso Mais Seguro

Obter e manter um acesso mais seguro é um ciclo contínuo, cuja finalidade de modo geral é aumentar a aceitação, a segurança e o acesso da Sociedade Nacional às populações e comunidades necessitadas.

Quando uma Sociedade Nacional: (a) for amplamente conhecida por prestar ajuda humanitária de modo neutro, imparcial e independente; (b) for percebida de modo positivo pelas principais partes interessadas, incluindo aqueles que controlam/influenciam o acesso às pessoas e comunidades afetadas; (c) tiver estabelecido relações de confiança, transparência e respeito mútuo com a comunidade e todas as demais partes interessadas; e (d) contar com um sistema de gestão de riscos para a segurança operacional; ela poderá ter acesso com mais facilidade às populações e comunidades com necessidades, em especial as que estiverem em contextos delicados e inseguros. Assim, o acesso será tanto o ponto de partida como o resultado final de todas as ações e medidas propostas no Marco para um Acesso Mais Seguro.

Cada um dos oito elementos do Marco está relacionado de modo particular com um ou mais dos quatro aspectos do Ciclo do Acesso Mais Seguro. Por exemplo, uma contínua **avaliação do contexto e dos riscos** e sistemas e tecnologias adequados de **comunicação interna** são cruciais para desenvolver

Obter e manter um acesso mais seguro é um ciclo contínuo, cuja finalidade de modo geral é aumentar a aceitação, a segurança e o acesso da Sociedade Nacional às populações e comunidades necessitadas.

Cada um dos oito elementos do Marco está relacionado de modo particular com um ou mais dos quatro aspectos do Ciclo do Acesso Mais Seguro.

FIGURA 2: COMO OS ELEMENTOS DO MARCO PARA UM ACESSO MAIS SEGURO SE RELACIONAM COM O CICLO

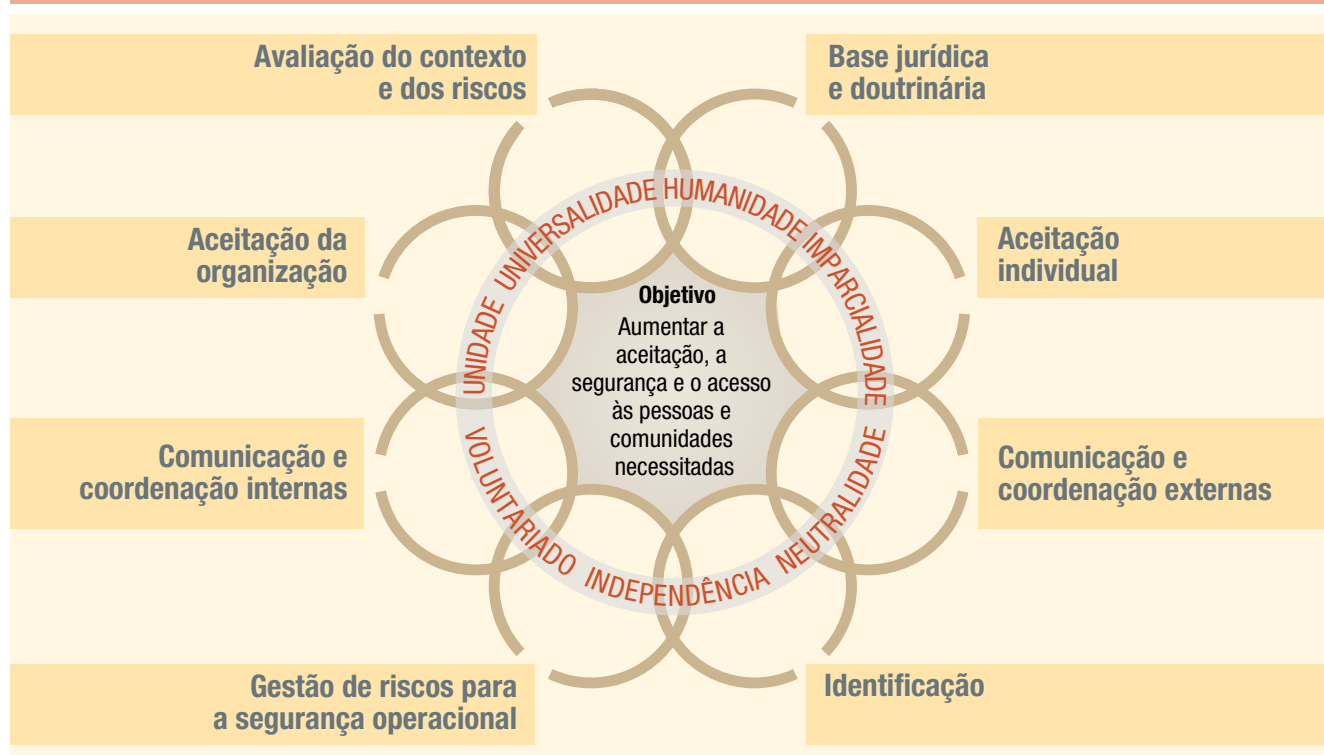


um sistema de **gestão de riscos para a segurança operacional**. Um plano de **comunicação externa** para aumentar a **aceitação da organização** depende de uma compreensão prévia de como a Sociedade Nacional já é percebida e o grau existente da sua aceitação. A preparação das equipes para responder em um contexto delicado ou inseguro requer, entre outras coisas, o conhecimento delas sobre como conduzir uma **avaliação do contexto e dos riscos**, a sua familiaridade com a **base jurídica e doutrinária** para guiar as suas ações, o seu treinamento relativo ao código de conduta e orientações de segurança e a sua percepção das medidas eficazes de proteção e outras; todos servirão para aumentar a **aceitação individual**. (Ver Figura 2.)

Ação humanitária com base em princípios

A ação do Movimento está amparada pelos sete Princípios Fundamentais – humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade – que inspiram e influenciam as suas atividades. São uma ferramenta operacional indispensável que deve ser aplicada em todas as circunstâncias, sendo especialmente útil para garantir o acesso e ampliar a prestação de assistência às populações e comunidades com necessidades em contextos delicados e inseguros.

FIGURA 3: REAÇÃO EM CADEIA



Em todas as situações, os Princípios Fundamentais devem permear e orientar a lógica, a comunicação, as decisões e as ações da Sociedade Nacional. A adesão do Movimento aos Princípios Fundamentais ampara a sua ação local, estando no âmago do seu forte sentido de solidariedade global.

Os Princípios Fundamentais e o Marco para um Acesso Mais Seguro (Marco) têm uma relação interdependente ou simbiótica. Enquanto que o Marco somente pode ser implementado ao se aplicarem os Princípios Fundamentais, que incorporam o sistema de valores permanente do Movimento, as ações e medidas tomadas para implementar o Marco reforçam e refletem em grande medida o valor dos Princípios e, desse modo, a eficácia da ação humanitária da Sociedade Nacional e do Movimento. (Ver Figura 3.)

Em todas as situações, os Princípios Fundamentais devem permear e orientar a lógica, a comunicação, as decisões e as ações da Sociedade Nacional.

A adesão do Movimento aos Princípios Fundamentais, combinada com a proximidade às pessoas necessitadas mediante a prestação cotidiana dos serviços e a reputação do Movimento como um todo, é um fator essencial que rege a capacidade da Sociedade Nacional em obter maior aceitação e, assim, maior acesso às populações e comunidades em contextos delicados e inseguros. Permite que as suas equipes ajudem as pessoas onde ninguém mais consegue chegar, salvando primordialmente vidas, portanto. A adesão do Movimento aos Princípios Fundamentais ampara a sua ação local, estando no âmago do seu forte sentido de solidariedade global.

APLICAÇÃO MEDIANTE UM ENFOQUE ESTRUTURADO

Existem várias maneiras para as Sociedades Nacionais introduzirem a aplicação do Marco para um Acesso Mais Seguro (Marco) nos procedimentos das suas organizações ou, caso já esteja integrado, de acelerar a sua implementação.

A aplicação do Marco é mais eficaz utilizando-se um processo estruturado, que pode ser iniciado antes, durante ou após uma resposta operacional, ou como parte de um esforço maior para desenvolver as capacidades da Sociedade Nacional em responder, especialmente em contextos delicados e inseguros. A Figura 4 ilustra os passos do processo de aplicação do Marco.

FIGURA 4: O PROCESSO DE APLICAÇÃO DO ACESSO MAIS SEGURO



Recomenda-se que a Sociedade Nacional crie um grupo diretivo do Acesso Mais Seguro ou que utilize uma estrutura similar para **gerenciar** o processo. A Sociedade Nacional deve então **avaliar** as lacunas, barreiras, riscos e desafios à sua aceitação, segurança e acesso, com base no enfoque de “lições aprendidas”. Com isso, poderá elaborar um **plano** de ação com prioridades para lidar com os principais fatores que afetam a sua aceitação, comprometem o acesso e

umentam os riscos. Este plano será então **implementado** de acordo com as prioridades definidas, sendo os seus resultados/produtos **integrados** nas políticas, estruturas, programas, sistemas e práticas da Sociedade Nacional. Esta **monitora** com regularidade o progresso obtido e determina os próximos passos a serem tomados. À medida que as Sociedades Nacionais se familiarizam com o Marco e a sua aplicação, este poderá ser empregado com uma ferramenta e um enfoque de gestão operacional. Além disso, recomenda-se uma revisão completa anual ou conforme requererem as necessidades operacionais.

Quando uma Sociedade Nacional aplicar o processo estruturado do Marco, ela poderá fazer isso por conta própria ou solicitar o apoio do CICV das seguintes maneiras:

► **Apoio para facilitar a avaliação e o planejamento para o Marco**

O CICV pode ajudar a realizar uma oficina de dois ou três dias para focalizar nas etapas de avaliação e planejamento do processo de aplicação do Marco, facilitada, de modo ideal, em conjunto com um ponto focal da Sociedade Nacional. A oficina cobriria os seguintes passos: avaliação dos desafios e barreiras para a aceitação, segurança e acesso mediante um exercício de “lições aprendidas”; avaliação comparativa (*benchmarking*); planejamento e prioridades.

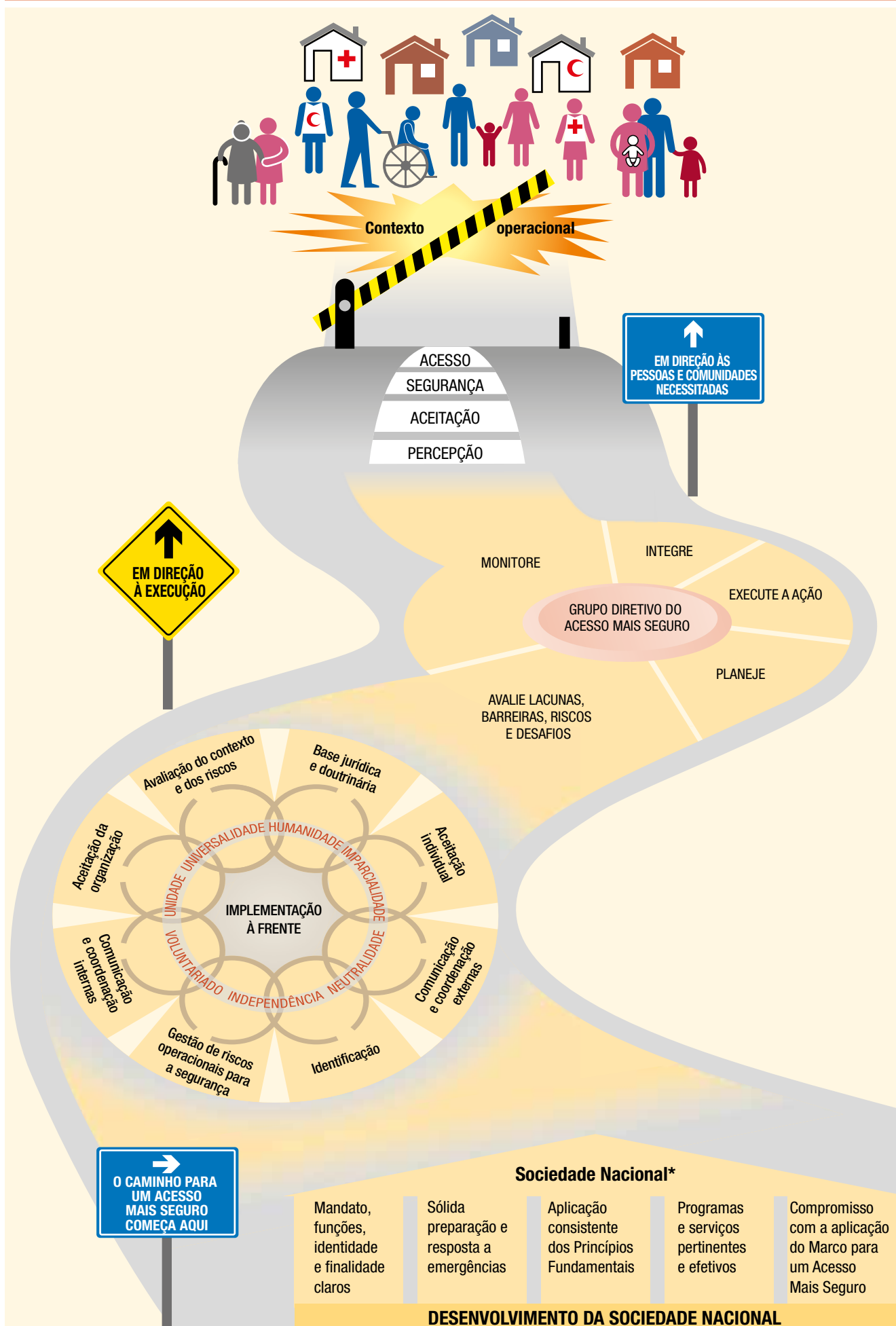
► **Desenvolvimento de programa ou apoio para fortalecimento de capacidades no âmbito técnico para implementação do plano de ação do Marco**

De acordo com o plano de ação resultante do exercício de avaliação e planejamento, o CICV pode apoiar a Sociedade Nacional ao tomar ações e medidas identificadas para ajudar no fortalecimento das suas capacidades em áreas específicas e na mobilização ou no auxílio para mobilizar este apoio dentro ou fora do Movimento.

Empreender a aplicação do Marco para um Acesso Mais Seguro e integrá-lo no desenvolvimento organizacional geral requer um compromisso firme em longo prazo da Sociedade Nacional. Do mesmo modo, outros parceiros do Movimento são convidados a explorar modos para complementar / amparar o trabalho sendo feito nessa área, em particular com o apoio de pares.

Empreender a aplicação do Marco para um Acesso Mais Seguro e integrá-lo no desenvolvimento organizacional geral requer um compromisso firme em longo prazo da Sociedade Nacional.

FIGURA 5: COMO TER UM ACESSO MAIS SEGURO



*Nota: As características de uma Sociedade Nacional mostradas aqui são as mais relevantes para a aplicação do Marco para um Acesso Mais Seguro e não excluem outras características esperadas de uma Sociedade Nacional de um modo mais geral.

FERRAMENTAS DE APLICAÇÃO

De modo a orientar as Sociedades Nacionais através do processo de implementação do Marco para um Acesso Mais Seguro (Marco), o CICV elaborou um Pacote de Recursos Práticos do Acesso Mais Seguro, cujo principal componente é a publicação *Acesso Mais Seguro: Guia para todas as Sociedades Nacionais*. Adicionalmente, as experiências das Sociedades Nacionais na implementação do Marco são ilustradas em três estudos de caso aprofundados do Afeganistão, Líbano e África do Sul, assim como em diversas experiências selecionadas, mais breves, de diversos contextos como a Argentina, Israel e Sudão. O Pacote de Recursos também compreende as seguintes ferramentas de referência e aplicação:

- ▶ Tabela do Marco;
- ▶ Quadro de referência rápida (ver anexo 2);
- ▶ Ferramenta de avaliação e planejamento;
- ▶ Guia de aplicação;
- ▶ Apresentação em Power Point;
- ▶ Vídeo do Acesso Mais Seguro em Ação (disponível, em inglês, somente para os componentes do Movimento);
- ▶ *Staying alive*, uma publicação em inglês do CICV que cobre os conceitos básicos da gestão de riscos para a segurança operacional.⁵

A maioria desses produtos está disponível em www.icrc.org/pt/aceso-seguro, junto com uma “página de ferramentas” com mais informações práticas e conselhos de como implementar as ações e medidas recomendadas em cada um dos elementos do Marco, com modelos de ferramentas, documentos de referência e links relacionados. Também se encontra disponível um DVD contendo todos os materiais do Pacote de Recursos Práticos do Acesso Mais Seguro.

O Pacote de Recursos foi traduzido para o árabe, chinês, espanhol, francês e russo, disponível em versão impressa ou na página respectiva de cada idioma no site do CICV. Está prevista a tradução para outros idiomas.

O DVD e todo o material impresso nesses idiomas podem ser solicitados em <https://shop.icrc.org>.

⁵ Também se encontra disponível na versão impressão e on-line (em inglês) em <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/p0717.htm>.

ACESSO MAIS SEGURO APLICADO EM CONTEXTOS DIVERSOS

As Sociedades Nacionais que trabalham em uma ampla variedade de contextos consideram que as ações e medidas propostas no Marco para um Acesso Mais Seguro são úteis para a preparação de como lidar com os desafios em relação à aceitação, à segurança e ao acesso. Os desafios podem ser os provenientes de ataques diretos e as ameaças à segurança das equipes, de casos de uso indevido dos emblemas e de percepções equivocadas sobre os mandatos e procedimentos de trabalho da Sociedade Nacional ou do Movimento. O Marco também serviu como guia para reforçar a própria capacidade de resposta em emergências e para ampliar os contatos e a coordenação com todas as partes interessadas, incluindo as autoridades públicas ou, quando aplicável, os atores envolvidos com a violência. As lições tiradas das experiências variadas reafirmam a relevância do Marco para todas as Sociedades Nacionais e as maneiras em que podem ser aplicadas para apoiar o seu desenvolvimento organizacional.

A seguir, alguns exemplos de como as Sociedades Nacionais aplicaram o Marco na prática.

Canadá

Desde que foi fundada, a Cruz Vermelha Canadense esteve envolvida principalmente na resposta a desastres nacionais, possuindo experiência limitada em lidar com as consequências humanitárias de tensões e distúrbios internos. Quando as tensões escalaram devido a manifestações de grupos indígenas e comunitários, ela acionou a sua Equipe de Coordenação em Desastres Nacionais para aumentar as atividades de monitoramento em todo o país e revisou os procedimentos de resposta.

As iniciativas de comunicação interna e externa – incluindo o uso de mídias sociais e outros canais públicos – foram alguns dos aspectos mais significativos dos esforços de preparação para emergências da Cruz Vermelha Canadense. O objetivo principal era aumentar a aceitação da Sociedade Nacional e das suas equipes ao destacar a sua neutralidade. Notadamente, descobriu-se que:

- ▶ a conscientização e a compreensão dos funcionários e voluntários dos Princípios Fundamentais devem ser reforçadas de modo contínuo e sistemático;
- ▶ as orientações e os mecanismos claros possibilitaram que os colaboradores verificassem as mensagens transmitidas, fizessem perguntas e expressassem as suas preocupações;
- ▶ os colaboradores precisaram de orientações para compreender as diferenças entre a resposta em casos de desastre e a resposta em contextos delicados e inseguros.

México

A Cruz Vermelha Mexicana administra mais de 500 centros em todo o país, proporcionando atendimento gratuito em emergência pré-hospitalar. Os altos níveis de violência armada provocaram uma demanda crescente dos serviços de emergência e uma maior necessidade de reforçar a segurança das suas equipes.

Para lidar com essas preocupações, a Cruz Vermelha Mexicana começou a implementar o Marco para um Acesso Mais Seguro em 2008; em 2012, mais de 18 mil dos seus voluntários assistiram às oficinas sobre o Marco. A formação de instrutores é contínua para ampliar a oferta dos cursos em todos os 31 estados mexicanos.

Dirigido inicialmente aos voluntários do serviço de ambulância, o Marco atualmente é aplicado e promovido entre os colaboradores de todos os níveis. As iniciativas relativas ao Marco incluem:

- ▶ o reforço da identidade visual da Sociedade Nacional, incluindo os uniformes dos colaboradores;
- ▶ o fortalecimento da legislação nacional para proteger o emblema da cruz vermelha;
- ▶ a elaboração de planos de contingência para situações de alto risco e melhoria dos sistemas de monitoramento;
- ▶ a incorporação do Marco nos manuais de treinamento para os funcionários de emergência médica;
- ▶ a produção de material multimídia de treinamento/comunicação sobre o Marco.

Palestina

O Crescente Vermelho Palestino oferece serviços médicos de emergência pré-hospitalar (SME) e serviços nacionais de ambulância no território ocupado da Palestina. É chamado regularmente para responder em situações de violência e outras emergências. Recentemente, incrementou as atividades de resposta em emergências devido às necessidades urgentes de saúde e humanitárias, derivadas da situação na Faixa de Gaza.

As capacidades do Crescente Vermelho Palestino foram ampliadas enormemente em razão da insegurança geral nesse contexto. Foram informados ataques contra os profissionais, estabelecimentos e veículos de saúde, assim como as restrições de movimento que impediam o acesso das vítimas feridas à assistência de saúde de urgência. As ações e medidas do Marco tomadas pela Sociedade Nacional têm importância particular à luz da escalada de violência na Faixa de Gaza e o consequente aumento das necessidades humanitárias:

- ▶ **Aceitação da organização** – para ser capaz de responder às consequências humanitárias da violência de uma maneira eficiente e oportuna, o Crescente Vermelho Palestino trabalha para estabelecer confiança com as autoridades e comunidades.
- ▶ **Identificação** – todos os postos do Serviço Médico de Emergência nas principais cidades, as ambulâncias e outros veículos e os uniformes das equipes de socorristas estão marcados claramente com o emblema protetor.
- ▶ **Gestão de riscos para segurança operacional** – a coordenação próxima com o CICV ajuda a garantir a segurança dos colaboradores de ambas as organizações.
- ▶ **Comunicação e coordenação internas** – os mecanismos de coordenação estão acionados entre o Crescente Vermelho Palestino e o CICV, ajudando a reduzir os riscos e as ameaças que afetam o acesso e a segurança.
- ▶ **Comunicação e coordenação externas** – os procedimentos operacionais padrões e de comunicação foram estabelecidos para facilitar a passagem segura das ambulâncias; além disso, as Sociedades Nacionais e o CICV realizam palestras conjuntas para o público interno e externo, de modo a aumentar a compreensão e a aceitação da função da Sociedade Nacional e o apoio à ação humanitária neutra, imparcial e independente.

Vários outros estudos de caso aprofundados e experiência selecionadas, que descrevem as experiências das Sociedades Nacionais para implementar o Marco para um Acesso Mais Seguro, estão disponíveis em www.icrc.org/pt/acesso-seguro. Clique no link do mapa interativo para ver os exemplos específicos de como o Marco auxiliou as Sociedades Nacionais a superarem os desafios para a realização de um trabalho humanitário eficiente, oportuno e seguro.

ANEXO 1

DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

Avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos é todo o processo de identificação, análise e estimação dos riscos.

Conflito armado

Um conflito armado existe sempre que houver o uso da força armada entre Estados (conflito armado internacional) ou um confronto armado prolongado entre as forças armadas governamentais e grupos armados organizados ou entre esses grupos (conflito armado não internacional), surgido no território de um Estado.

Conselho de Delegados

O Conselho de Delegados, reunido a cada dois anos, consiste em um fórum para todos os componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho discutirem a estratégia do Movimento e debaterem as questões humanitárias globais que a comunidade internacional deve enfrentar.

Contextos delicados e inseguros

O termo “contextos delicados e inseguros” refere-se a uma série extensa de situações, desde as que não envolvem nenhuma violência, mas que apresentam questões de percepção e aceitação, até distúrbios internos, tensões internas ou conflitos armados, assim como muitas situações que combinam características de diversos contextos diferentes. Questões de segurança e acesso também podem surgir após um desastre natural ou em situações em que prevaleçam a violência de gangues ou outras formas de criminalidade.

Distúrbios internos

Os distúrbios internos, conforme definição nos comentários do CICV sobre o Protocolo Adicional II de 1977, envolvem situações que são caracterizadas por determinada gravidade ou duração e que envolvem atos de violência. Estes podem assumir várias formas, que vão desde a geração espontânea de atos de revolta até a luta entre grupos com maior ou menor grau de organização e as autoridades no poder. Nestas situações, que não necessariamente degeneram em luta aberta, as autoridades no poder convocam forças policiais, ou mesmo forças armadas, para restabelecer a ordem interna. O alto número de vítimas faz com que seja necessária a aplicação de normas humanitárias mínimas. Ao longo dos anos, tornou-se evidente que a descrição acima não se refere exclusivamente às situações que envolvem autoridades estatais, mas também inclui os confrontos entre os diferentes grupos de indivíduos que não estão no poder. Federación Internacional.

Federação Internacional

A Federação Internacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é a maior rede humanitária de voluntários no mundo, alcançando 150 milhões de pessoas, todos os anos, através das 189 Sociedades Nacionais que são membros. Atua, com base nos Princípios Fundamentais,

antes, durante e depois de desastres e emergências de saúde para atender as necessidades das pessoas vulneráveis e melhorar as suas vidas.

Gestão de riscos operacionais para a segurança

A gestão de riscos operacionais para a segurança consiste em: avaliação de um contexto operacional; identificação e análise dos riscos aos colaboradores, bens e operações; e implementação de estratégias e medidas de mitigação para reduzir a probabilidade e o impacto de um acontecimento indesejado.

O Movimento

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho compreende o CICV, a Federação Internacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as Sociedades Nacionais. São organizações independentes, cada uma com o seu próprio status, sem hierarquia uma sobre as outras.

Segurança

A segurança refere-se a não ser afetado pelos riscos ou danos decorrentes de atos intencionais que podem ocorrer em contextos delicados e inseguros, incluindo conflitos armados, distúrbios internos e tensões internas.

Sociedades Nacionais




As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho representam o trabalho e os Princípios Fundamentais do Movimento em 189 países. Elas agem como auxiliares das autoridades públicas no campo humanitário nos seus países, oferecendo uma série de serviços, incluindo socorro em casos de desastre e programas sociais e de saúde. Em épocas de conflito armado, as Sociedades Nacionais assistem a população civil afetada e, quando apropriado, apoiam os serviços de saúde.






Tensões internas

As tensões internas, conforme definição nos comentários do CICV sobre o Protocolo Adicional II de 1977, poderiam incluir, em particular, situações de graves tensões (políticas, religiosas, raciais, sociais, econômicas, etc.), mas também as sequelas de conflitos armados ou distúrbios internos. Esse tipo de situação tem uma ou mais das seguintes características, se não todas: prisões de um grande número de pessoas; uma grande quantidade de presos “políticos”; a possível existência de maus-tratos ou condições desumanas de detenção; a suspensão de garantias judiciais fundamentais, tanto como resultado da promulgação de um estado de emergência ou como um mero fato; e denúncias de desaparecimentos.

ANEXO 2

QUADRO DE REFERÊNCIA RÁPIDA DO MARCO PARA UM ACESSO MAIS SEGURO

Elementos do Acesso Mais Seguro	Ações e Medidas
<p><i>A finalidade primordial de cada elemento é aumentar a aceitação e a segurança de modo a aumentar o acesso àqueles necessitados em contextos delicados e inseguros, incluindo conflitos armados, distúrbios internos e tensões internas.</i></p>	<p>Foram identificadas áreas, para cada elemento do Acesso Mais Seguro, em que podem ser necessárias ações para lidar com lacunas, barreiras, riscos e desafios à aceitação, segurança e acesso.</p> <p>Caso outros componentes do Movimento estejam presentes em um determinado contexto, as Sociedades Nacionais coordenam as atividades de preparação e resposta segundo as políticas de coordenação do Movimento, de modo a maximizar o impacto humanitário e assegurar a complementariedade.</p>
<p>I. Avaliação do contexto e dos riscos</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais têm uma compreensão clara dos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, interligados entre si, do meio operacional em evolução e dos riscos inerentes, que formam a base da prevenção e da gestão destes.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1.1 Compreender as semelhanças e diferenças entre a preparação e a resposta nos contextos delicados e inseguros e em caso de desastres. 1.2 Explorar e analisar tendências e desafios políticos, sociais, culturais e econômicos emergentes que possam afetar a ação humanitária e empregar esse conhecimento para guiar a preparação e resposta. 1.3 Desenvolver e manter a avaliação de um contexto em constante evolução para compreender melhor o contexto e as necessidades. 1.4 Realizar uma contínua avaliação dos riscos. 1.5 Avaliar e fortalecer a capacidade e a habilidade de gerenciar os riscos identificados. 1.6 Elaborar e refinar um plano de contingência baseado em medidas de preparação, levando em conta cenários específicos antecipados.
<p>II. Base jurídica e doutrinária</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais possuem instrumentos jurídicos e estatutários sólidos, formulando políticas que servem de base para cumprir com o seu mandato e funções humanitárias, em conformidade com a doutrina do Movimento, o Direito Internacional Humanitário e a legislação nacional.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 2.1 Conhecer as disposições correspondentes do Direito Internacional Humanitário (DIH) e da legislação nacional a fim de determinar como efetivar melhor o mandato da Sociedade Nacional. 2.2 Elaborar e fortalecer a legislação nacional, estatutos, políticas, acordos e planos para reforçar o mandato da Sociedade Nacional na sua resposta em contextos delicados e inseguros. 2.3 Promover uma compreensão comum entre as partes interessadas internas e externas quanto ao mandato da Sociedade Nacional, o seu status dentro do Movimento, a sua função de auxiliar e o seu compromisso de agir em conformidade com os Princípios Fundamentais. 2.4 Conhecer e respeitar a base jurídica e os mandatos de outros componentes do Movimento e estabelecer um forte marco de coordenação do Movimento. 2.5 Assegurar a existência de uma legislação nacional que regule o uso do emblema, do logotipo e do nome da Sociedade Nacional e que seja conhecida, respeitada e aplicada. 2.6 Conhecer e incorporar as respectivas políticas do Movimento às políticas, estratégias, programas, operações e sistemas, ferramentas, capacitações e práticas de gestão de riscos operacionais para a segurança.
<p>III. Aceitação da organização</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais obtiveram um grau elevado de aceitação entre as principais partes interessadas com a prestação de assistência humanitária e proteção pertinentes e adaptadas ao contexto para as pessoas e comunidades, em conformidade com os Princípios Fundamentais e outras políticas do Movimento.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 3.1 Formular e oferecer atividades e programas humanitários pertinentes, trabalhando em estreita parceria com as comunidades em todo o país. 3.2 Estabelecer e implementar práticas sólidas de gestão de recursos humanos para fortalecer a aceitação, a segurança e o acesso. 3.3 Participar de um diálogo contínuo com os organismos estatais para assegurar que entendem a importância e o valor da Sociedade Nacional como uma organização humanitária neutra, independente e imparcial. 3.4 Elaborar e empregar enfoques de resposta adaptados ao contexto (isto é, não causar danos) com base na avaliação do contexto e dos riscos. 3.5 Conhecer e aplicar os Princípios Fundamentais para guiar processos de reflexão, comunicação, tomada de decisões e práticas. 3.6 Identificar e mapear todas as partes interessadas e elaborar estratégias de envolvimento para aumentar a aceitação por parte delas. 3.7 Promover a confiança, o respeito e a responsabilidade entre todas as partes interessadas através de medidas de posicionamento e aceitação ativa. 3.8 Estabelecer mecanismos para orientar a formação de parcerias e garantir que seja consistente com a doutrina do Movimento, preservando, portanto, a neutralidade, a imparcialidade e a independência. 3.9 Estabelecer e implementar um sistema de gestão de riscos para a reputação. 3.10 Estabelecer e implementar um sistema de gestão de integridade. 3.11 Estabelecer e implementar um sistema de identidade visual distinto e reconhecido.

Elementos do Acesso Mais Seguro	Ações e Medidas
<p>IV. Aceitação individual</p>  <p><i>Os funcionários e voluntários obtiveram um grau elevado de aceitação entre as principais partes interessadas com o seu trabalho consistente com os Princípios Fundamentais e outras políticas do Movimento.</i></p>	<p>4.1 Triar e selecionar os colaboradores para aumentar a aceitação destes e da Sociedade Nacional.</p> <p>4.2 Funcionários e voluntários agem em conformidade com o código de conduta e os Princípios Fundamentais, preservando a sua própria reputação positiva e as da Sociedade Nacional e do Movimento.</p> <p>4.3 Oferecer capacitação preparatória, formação, orientação e segurança adequadas.</p> <p>4.4 Funcionários e voluntários compreendem a sua responsabilidade pessoal em relação à sua própria segurança e acesso e tomam ou sugerem ações apropriadas.</p> <p>4.5 Estabelecer termos, condições, sistemas e procedimentos de trabalho para assegurar o apoio adequado.</p> <p>4.6 Aplicar sistemas de cumprimento das políticas, diretrizes, procedimentos operacionais padrão e práticas.</p> <p>4.7 Implantar um sistema de apoio para a gestão do estresse (psicossocial) para funcionários e voluntários.</p> <p>4.8 Os funcionários e voluntários sabem monitorar o seu próprio nível de estresse e aplicam esse conhecimento na prática; sabem como ter acesso ao sistema de apoio para a gestão do estresse da Sociedade Nacional.</p>
<p>V. Identificação</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais tomam todas as medidas necessárias para proteger e promover a identidade visual da organização e dos seus funcionários e voluntários.</i></p>	<p>5.1 Conhecer em que medida o emblema é utilizado indevidamente e apoiar as autoridades na resolução deste problema.</p> <p>5.2 Promover o conhecimento das funções dos emblemas entre todas as partes interessadas.</p> <p>5.3 Tomar medidas para assegurar que a identidade visual da Sociedade Nacional seja distinta das utilizadas pelos atores armados e os seus serviços médicos.</p> <p>5.4 Estabelecer e implantar diretrizes e sistemas internos para apoiar o uso correto do emblema/logotipo e proteger a identidade visual.</p> <p>5.5 Assegurar que qualquer exibição conjunta de identificação com os parceiros selecionados deve ser excepcional e discreta para não criar confusão.</p>
<p>VI. Comunicação e coordenação internas</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais aplicam estratégias e mecanismos de comunicação e coordenação que são elaborados adequadamente para fortalecer a coordenação com outros componentes do Movimento.</i></p>	<p>6.1 Estabelecer e implementar uma estratégia e um plano de ação de comunicação interna com o apoio de modelos, ferramentas, equipamentos e capacitação.</p> <p>6.2 Estabelecer sistemas, equipamentos e tecnologia de comunicação interna para reforçar a segurança das equipes no terreno.</p> <p>6.3 Estabelecer e implementar um sistema de gestão da informação para reter as informações importantes sobre o meio operacional e os riscos associados.</p> <p>6.4 Formular e implementar estrutura, um sistema e processos de coordenação e gestão operacional (unidade de gestão de crises).</p> <p>6.5 Estabelecer um sólido marco para a comunicação operacional e estratégica do Movimento.</p>
<p>VII. Comunicação e coordenação externas</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais implementam estratégias e mecanismos de comunicação e coordenação externas que são elaborados adequadamente para aumentar a coordenação com atores externos.</i></p>	<p>7.1 Estabelecer e aplicar uma estratégia e um plano de ação de comunicação externa, com o apoio de modelos, ferramentas, equipamentos e capacitação.</p> <p>7.2 Promover o conhecimento e a aceitação da legislação nacional, estatutos, políticas, acordos e planos entre as principais partes interessadas.</p> <p>7.3 Promover a aplicação nacional do Direito Internacional Humanitário e apoiar as autoridades públicas na sua difusão entre as principais partes interessadas.</p> <p>7.4 Promover o cumprimento do Direito Internacional Humanitário pelas partes interessadas e defender o respeito e a proteção das pessoas e comunidades afetadas.</p> <p>7.5 Estabelecer, comunicar e aplicar uma política e diretrizes sobre o uso de sites de redes sociais por funcionários e voluntários.</p> <p>7.6 Realizar comunicação operacional frequente e direcionada entre as principais partes interessadas.</p> <p>7.7 Empregar meios on-line e eletrônicos para preservar a dignidade e proteger as pessoas e comunidades; harmonizar com os parceiros do Movimento.</p> <p>7.8 Participar em mecanismos de coordenação operacional externa de modo a preservar a independência e a confidencialidade das informações conforme a necessidade.</p> <p>7.9 Estabelecer mecanismos para assegurar a comunicação de mão dupla com as pessoas e comunidades afetadas.</p>
<p>VIII. Gestão de riscos operacionais para a segurança</p>  <p><i>As Sociedades Nacionais assumem a responsabilidade e o dever em relação à segurança e à proteção dos funcionários e voluntários, com a elaboração e a aplicação de um sistema e de uma estrutura de gestão de riscos operacionais para a segurança.</i></p>	<p>8.1 Estabelecer e aplicar uma política de segurança.</p> <p>8.2 Basear-se em práticas de autoproteção comunitária que contribuam para a resposta mais segura das equipes e comunidades.</p> <p>8.3 Estabelecer um sistema e uma estrutura integrados de gestão de riscos operacionais para a segurança em conformidade com as disposições do dever de diligência, a aplicação dos Princípios Fundamentais e outras políticas do Movimento.</p> <p>8.4 Oferecer capacitação permanente em gestão de riscos operacionais para a segurança.</p> <p>8.5 Promover uma cultura de segurança entre todos os funcionários e voluntários em todos os níveis.</p> <p>8.6 Estabelecer uma cobertura de seguro adequada para os funcionários e voluntários.</p>

MISSÃO

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e de outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. O CICV também se esforça para evitar o sofrimento por meio da promoção e do fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais. Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A organização dirige e coordena as atividades internacionais que o Movimento conduz nos conflitos armados e em outras situações de violência.



CICV